



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

AVISO

Encontra-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS**, tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução empreitada por preço global, com a finalidade de selecionar propostas para a **contratação de empresa brasileira de engenharia elétrica para execução de obras de montagem das instalações elétricas e de iluminação dos Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo em Juiz de Fora/MG, compreendendo todo o material necessário, inclusive Grupo Gerador para suprir possível ausência da rede CEMIG, exceto os postes de madeira que serão fornecidos pela prefeitura**, regida pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

A abertura desta licitação ocorrerá **no dia 04 (quatro) de maio de 2023, às 9h30 (nove e trinta) horas**, na sala de reuniões do 7º andar da subsecretaria, situada à Av. Brasil, 2001, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação e nº 02 - Propostas de Preços à comissão licitante, em acordo com as exigências do Edital.

Poderão participar da licitação, pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, devidamente cadastrados, detentores de Certificado de Registro Cadastral do Município de Juiz de Fora – CAGEL, no prazo de validade, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º (terceiro) dia anterior a data do recebimento das propostas, observada a necessidade de qualificação, na forma do disposto no § 2º do art. 22 da Lei nº 8.666/93.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na subsecretaria, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/outras_modalidades/2023/index.php O edital poderá ainda ser solicitado através do link <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>. Quaisquer dúvidas poderão ser protocoladas, assim como serão respondidas através do referido link do Plataforma Ágil.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

EDITAL

A Prefeitura de Juiz de Fora, através da Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, informa a todos os interessados, que dará início no dia e hora divulgados no Aviso deste Edital, na sala de reuniões do 7º andar da subsecretaria, situada na Avenida Brasil, nº 2001, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, ao procedimento licitatório **TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023**, tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução **empreitada por preço global**, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 2006, Lei nº 12.211/2011 e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

1 - DO OBJETO E CREDENCIAMENTO

1.1. DO OBJETO

1.1.1. É objeto desta licitação a seleção de empresa brasileira de engenharia elétrica para **execução de obras de montagem das instalações elétricas e de iluminação dos Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo em Juiz de Fora/MG, compreendendo todo o material necessário, inclusive Grupo Gerador para suprir possível ausência da rede CEMIG, exceto os postes de madeira que serão fornecidos pela prefeitura**, conforme especificações constantes dos Anexos integrantes deste Edital.

1.1.2. O período estimado de realização dos torneios está compreendido entre 01 de junho de 2023 e 20 de agosto de 2023.

1.1.3. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.1.3.1. Os serviços serão executados dentro do Município de Juiz de Fora compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos, conforme relação apresentada no objeto deste Termo de Referência, a saber: Filgueiras, Humaitá, Pirapetinga, Penido, Pires, Rosário de Minas, Sarandira, Igrejinha, Torreões, Vila Almeida, Angolinha e Valadares.

1.1.3.2. Caso algum dos eventos previstos não sejam realizados não caberá nenhuma espécie de pagamento à contratada referente ao dito evento, já que não existirá hora trabalhada nem material empregado.

1.1.4. DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.1.4.1. O período para execução das obras de Extensão de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública para a montagem dos Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo e instalações elétricas para barracas e palcos estará compreendido entre 01/06/2023 e 31/08/2023, com a realização prevista de 01 (um) evento (Torneio Leiteiro ou Festa do Cavalo) por semana, sendo que tudo deverá estar pronto, testado e funcionando a contento até as 15 horas de cada quinta-feira, dia em que se iniciarão os eventos para funcionamento na própria quinta-feira, na sexta-feira, no sábado e no domingo.

1.1.4.2. Na segunda-feira posterior à realização do evento deverá ser providenciada a desmobilização e transporte de todo o material para o próximo Torneio e iniciada a montagem do mesmo.



1.1.4.3. Caso ocorra alguma alteração na ordem/local de realização dos eventos informada, a empresa a ser contratada será previamente informada e isto não ensejará nenhum tipo de questionamento ou aditivo contratual.

1.2. DO CREDENCIAMENTO

1.2.1. Os proponentes ou seus representantes legais deverão apresentar-se para credenciamento junto ao presidente e/ou membros da comissão licitante, munidos de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, identificando-se com a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, conforme **Anexo VI**.

1.2.2. O credenciamento far-se-á pelo próprio sócio ou por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para assinar atas, contratos, firmar compromissos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente em ambos os casos, **deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato Social**, no qual estejam expressos seus poderes.

1.2.3. A ausência de credenciamento não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta. Também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

1.2.4. Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante a comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.

2 - DA HABILITAÇÃO

2.1. Para habilitação, deverá a sociedade empresária apresentar, no envelope “01” – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, **em 2 (duas) vias**, sendo uma via em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer à comissão licitante os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados e **outra via** entregue em CD ou DVD não regravável.

2.1.1. Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação com, preferencialmente, no mínimo uma hora antes do início da sessão de abertura da licitação.

2.1.2. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

2.1.3. Os documentos deverão ser apresentados, **preferencialmente**, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

2.1.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **90 (noventa)** dias corridos contados a partir da data de expedição, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado(s) de Capacidade Técnica.

2.2. Para habilitar-se, a proponente deverá apresentar os seguintes documentos:

2.2.1. Certificado Cadastral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - **CAGEL**, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002, com a seguinte classificação: Categoria: B; Grupo



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Técnico 2 ou maior, e Grupo Econômico 01 ou maior; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

2.2.1.1. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

2.2.1.1.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

2.2.2. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo VIII**;

2.2.3. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme **Anexo X**.

2.2.4. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial) válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

2.2.5. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento, veículos, equipamentos e pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação, conforme modelo do **Anexo IV**.

2.2.6. Demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir, na data prevista para entrega da proposta, Engenheiro(s) detentor (es) de certidões ou atestados de Responsabilidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada – que não o próprio licitante (CNPJ diferente), obras/serviços de características semelhantes às do objeto do Edital.

2.2.7. A comprovação de vínculo do profissional com a licitante poderá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

2.2.7.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

2.2.7.2. Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio;

2.2.7.3. Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum;

2.2.7.4. Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de anuência do Profissional.



2.2.8. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

2.2.9. O(s) profissional(is) que apresentar(em) as ART's para comprovação de qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação.

2.2.9.1. A apresentação de outro engenheiro que não seja o que ofereceu seu nome para a documentação de qualificação técnica que for aprovada ensejará a imediata desclassificação da empresa ocasionando a não assinatura do contrato e encaminhamento à PGM – Procuradoria Geral do Município, para avaliação sobre possível ação judicial contra a empresa e o profissional em questão para ressarcimento de danos ao município.

2.2.10. Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, serviços de obras, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, relativos a serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação. Os Atestados a serem apresentados deverão conter, conforme súmula nº 263/2011 – TCU, conteúdo que comprovem a execução de obras/serviços similares a:

PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS EM REDES ELÉTRICAS DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO PARA ATENDIMENTO A CARGAS FINAIS

2.2.11. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 30 da Lei de Licitações.

2.2.12. Declaração de comprometimento, se for o caso, de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24 de setembro de 2008, conforme modelo **Anexo XIV**.

2.2.13. Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com a anuência do mesmo e compromisso de residir em Juiz de Fora durante todo o período dos Torneios (previstos para 01/junho/2023 até 31/agosto/2023), conforme modelo **Anexo XI**.

2.2.14. Declaração de Conhecimento do Local onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas nesta licitação, conforme modelo **Anexo IX**.

2.2.15. Caso haja alguma dúvida sobre o local dos eventos indicados, o licitante interessado poderá agendar uma visita ao local com Servidor da Prefeitura de Juiz de Fora lotado no Setor Elétrico & Iluminação, sediado na Rua Osório de Almeida nº 950, Bairro Poço Rico, através dos telefones 3690 -7004 / 3215 – 6499.

2.3. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo V**.



2.4. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo V**.

2.5. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

2.5.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3 - DA PROPOSTA

3.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 02 (duas) vias, sendo 01 (**uma**) **via impressa**, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada, com folhas numeradas e devidamente assinadas por representante legal da licitante ou procurador constituído, com documentos de textos em formato doc ou docx e planilhas em formato xls ou xlsx e **outra via** entregue em CD ou DVD não regravável. **As 02 (duas) vias da proposta deverão conter:**

3.1.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para os serviços, conforme **Anexo II**.

3.1.1.1. A Apresentação dos Preços será feita mediante preenchimento da PROPOSTA DE PREÇOS onde a licitante indicará seus preços unitários para cada item/insumo da planilha apresentada no Edital que multiplicado pela quantidade prevista para cada item indicará o preço total do item. O PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA será obtido pelo somatório dos totais de cada item.

3.1.1.2. Os valores unitários oferecidos pelos proponentes não poderão ser superiores aos valores unitários indicados pela Prefeitura de Juiz de Fora e apresentados na Planilha de Insumos Gerais – Preço Prefeitura, condicionando a não-obediência à sumária eliminação da licitante.

3.1.1.3. No **Anexo II.1 – Planilha de Insumos Gerais** - estão os itens para os quais deverão ser apresentados os preços unitários que multiplicados pelas quantidades previstas para cada item levará ao preço total do item. O somatório dos totais de cada item indicará o preço global da proposta.

3.1.2. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação (abertura do envelope, por parte da comissão), com indicação do número da conta corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira, conforme **Anexo XIII**.



3.2. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

3.3. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

3.4. Não será aceita proposta que contenha rasuras e/ou entrelinhas.

3.5. Todas as tarefas ou fornecimentos descritos neste Edital, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.

4 - DA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

4.1. A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração de sua proposta. O Município não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento e do resultado do processo licitatório.

4.2. A proponente deverá entregar à comissão licitante, órgão colegiado decisório, no local, na data e na hora fixadas neste Edital, através de representante legal da empresa ou representante constituído através de carta-credencial, a documentação de habilitação e proposta de preços.

4.3. A documentação e a proposta deverão ser entregues em 2 (dois) envelopes fechados, contendo o primeiro a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e o segundo a **PROPOSTA DE PREÇOS**, com as seguintes inscrições na parte frontal de cada um deles:

ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 - SO

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENVELOPE 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 - SO

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

4.4. É obrigatória a assinatura do representante legal da licitante nos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e na **PROPOSTA DE PREÇOS**.

4.5. A entrega dos 02 (dois) invólucros (Habilitação e Proposta) deverá, **preferencialmente**, ser pessoal mediante entrega pelo representante legal credenciado do proponente.

4.5.1. Serão aceitos os envelopes contendo as propostas comerciais e documentação de habilitação enviados através dos correios para o endereço da Avenida Brasil, 2001/7º andar, Centro, Juiz de Fora/MG, CEP 36060-010 - Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM. No entanto, a subsecretaria não se responsabiliza por eventuais atrasos na entrega dos envelopes por parte dos



correios e nem diante de seu extravio, devendo os mesmos serem recebidos na subsecretaria até a data e horário definidos neste edital para abertura e sessão pública destinada aos recebimentos dos mencionados envelopes.

4.6. Após o horário estabelecido neste Edital, nenhuma proposta ou documento será recebido.

4.7. Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando-se duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

4.8. No horário fixado no preâmbulo deste Edital, na sala de licitações do endereço acima mencionado, após a entrega dos envelopes, a comissão encarregada da Licitação dará início à abertura dos mesmos.

5. PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO

5.1. No dia, local e hora previstos, reunir-se-ão, em ato público, a comissão permanente de licitação, órgão colegiado decisório, e os proponentes presentes. O ato público poderá ser presenciado por qualquer pessoa, porém só terão o direito de usar da palavra, rubricar, impugnar documentos, consignar ou desistir de recursos, os representantes que estiverem munidos de credencial específica para esta licitação. Desta reunião, lavrar-se-á Ata Circunstanciada, na qual ficarão registradas todas as ocorrências.

5.2. No dia, local e hora marcados para a entrega dos **Envelopes 01 e 02**, a comissão procederá à abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação (envelope "01").

5.3. Aberto o **Envelope 01**, os documentos serão rubricados pela comissão e a seguir, pelos representantes de todos os proponentes credenciados e presentes ao ato.

5.4. Em nenhuma hipótese poderá ser concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido neste Edital e eventualmente não inserido nos invólucros 01 e 02, exceto quando ocorrer a hipótese do § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. A comissão examinará os documentos e considerará habilitados os licitantes que satisfizerem às exigências constantes deste Edital, inabilitando-os sumariamente em caso contrário.

5.5.1. Caso não seja possível analisar a **documentação de habilitação** na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo.

5.6. A comissão divulgará a relação dos proponentes habilitados, devolvendo aos inabilitados o **Envelope 02**, sem abri-lo, caso não haja interesse por parte dos participantes em interposição de recurso relativo a esta fase.

5.7. Concluída a fase de habilitação, a comissão marcará nova data (a ser divulgada aos licitantes) para abertura do **Envelope 02 – Proposta de Preço**.

5.7.1. A comissão procederá, então, à abertura do **Envelope 02 – Proposta de Preço** dos licitantes habilitados.



5.8. Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas serão rubricadas por todos os representantes credenciados dos licitantes presentes ao ato e pela comissão.

5.8.1. Rubricadas as propostas, a comissão lavrará ata de todo o ocorrido.

5.9. Após a análise das propostas e dentro do prazo a ela concedido, a comissão:

5.9.1. Desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às especificações e exigências do Edital, à legislação pertinente ao objeto, bem como as que ofertarem preços excessivos ou manifestadamente inexecutáveis, comparados aos praticados no mercado.

5.9.2. Classificará as propostas, em ordem numérica crescente, a partir de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.9.3. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita obrigatoriamente por sorteio, que poderá ser realizado na mesma sessão ou em nova reunião, à qual será dada a devida publicidade.

5.9.4. Lavrará relatório dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal dos proponentes.

5.9.5. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

5.9.6. No local, data e hora designados, divulgará a ordem de classificação, podendo fazê-lo através de publicação.

5.9.7. Divulgada a ordem de classificação, dará vista das propostas, aos representantes dos proponentes.

5.9.8. Caso não seja possível analisar a proposta na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para a divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo, com abertura de vistas e prazo para interposição de recurso.

5.10. Em qualquer fase da licitação, poderá a comissão promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive quanto à justificativa escrita da composição dos preços constantes da proposta formulada, desde que tais providências não importem em apresentação de novos documentos, que deveriam estar inseridos nos invólucros 01 ou 02.

5.11. Havendo dúvidas sobre a adequação da proposta ou do orçamento apresentado, caberá à comissão encaminhar o processo à Secretaria Requisitante para que a mesma verifique a conformidade da proposta com os preços correntes do mercado, os quais deverão ser registrados na ata de julgamento.

5.12. A seu critério, a comissão poderá aceitar propostas em que se verifiquem erros de cálculos, mas reservando-se o direito de corrigi-los na forma seguinte:

5.12.1. Erro na transcrição das quantidades da relação fornecida para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o total.

5.12.2. Erro da multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, e corrigindo-se o produto.



5.12.3. Qualquer item do quadro de Quantidades não cotado, será considerado com valor 0 (zero), implicando na automática rejeição da proposta.

5.12.4. A comissão terá autoridade bastante para proceder a tais correções, através do Presidente da comissão, ou de quem este venha a delegar tal encargo.

5.12.5. No caso de preços unitários discrepantes em sua grafia numérica e em seu extenso, será considerado como o correto o valor grafado por extenso, ressalvada a hipótese de a discrepância ter sido mero erro formal, comprovado pelo resultado da multiplicação do valor desse preço unitário pela respectiva quantidade.

5.12.6. O preço total resultante da revisão, caso ocorra, processada na forma do subitem anterior, será considerado como o **VALOR GLOBAL PROPOSTO**, para efeito da presente licitação.

5.12.7. Caso o proponente não aceite a correção dos erros, a sua proposta será desclassificada.

5.13. O julgamento se fará entre as propostas aceitas e a classificação delas será feita levando-se em conta o **menor valor global**, que é o somatório de preço total dos serviços apresentados pelas empresas, obedecidos os critérios do item anterior, atendidas todas as exigências deste Edital quanto à proposta, **classificando-se em 1º lugar a proposta de menor preço global**.

5.13.1. Para efeito do disposto no item **5.13**, entende-se como preço global dos serviços aquele obtido pelo somatório dos resultados da multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos correspondentes.

5.13.2. Os valores unitários oferecidos pelos proponentes não poderão ser superiores aos valores unitários indicados pela Prefeitura de Juiz de Fora e apresentados na Planilha de Insumos Gerais – Preço Prefeitura, condicionando a não-obediência à sumária eliminação da licitante.

5.14. Os recursos poderão ser apresentados em documento original, assinados pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído e protocolados na subsecretaria, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.

5.14.1. Os recursos poderão ainda, ser encaminhados através do link informado abaixo, assinados digitalmente pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído.

5.14.2. Serão permitidos o envio de questionamento, impugnação, bem como remessa de desistência de recurso por protocolo do Prefeitura Ágil - link de acesso: <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>.

5.16. Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a subsecretaria remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.

5.17. Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo **após esse prazo expurgado**.



5.18. É facultado à comissão licitante no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

5.19. Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

5.19.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10 (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada;

5.19.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão, sob pena de preclusão;

5.19.3. A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

5.19.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.19.5. No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem **5.19.2**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

5.19.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **5.19.2**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

5.19.7. O procedimento previsto no item **5.19** somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

6 – DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO

6.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação e adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante.

6.2. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

6.3. Decorrido o prazo do item **6.1**, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:



6.3.1. multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

6.3.2. impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

6.3.3. A multa de que trata o item **6.3.1** deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.4. DO CONTRATO

6.4.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

6.4.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

6.4.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

6.4.4. A vigência do contrato será de 03 (três) meses, dentro do período já citado (01/06/2023 e 31/08/2023), podendo ser prorrogado caso intempéries impeçam o andamento normal da realização dos Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo e a administração opte por executá-los em época que extrapole o período previsto.

6.4.5. Durante os 03 (três) meses de vigência do Contrato a empresa contratada deverá ficar à disposição da Prefeitura para atender os eventos, mesmo que durante o período ocorra algum cancelamento.

6.4.6. A contratação dos serviços, objeto desta licitação será pelo regime de empreitada por preço global.

6.4.7. Caso ocorra a interrupção ou não execução de algum evento (Torneio Leiteiro ou Festa do Cavalo) por comprovada responsabilidade da contratada esta responderá pelos possíveis danos causados aos promotores do evento.

7 - DA GARANTIA DAS OBRAS E SERVIÇOS E GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. As montagens de cada Torneio deverão ser testadas antes do início dos mesmos a fim de verificar a tensão e corrente em cada ponto de carga, bem como o funcionamento do gerador e a contratada deverá deixar em cada dia e em cada Torneio Leiteiro uma equipe de plantão com no mínimo 01 Eletricista e 01 Ajudante que tenham conhecimento pleno dos serviços realizados, com todos os equipamentos e ferramental necessários para qualquer eventualidade.

7.2. Toda e qualquer alteração que venha a ser necessária em qualquer obra/serviço realizado seja por exigência da Concessionária ou por inadequação de métodos executivos ou materiais/peças/equipamentos utilizados/aplicados pela contratada, esta se compromete a reparar imediatamente, sem qualquer ônus ou despesa adicional para a Prefeitura de Juiz de Fora.



7.3. A Garantia de qualquer Obra executada pela Contratada obedecerá sempre à Legislação vigente e aos prazos constantes no respectivo diploma legal.

7.4. O pessoal da contratada que estiver de plantão no local, deverão ser os últimos a saírem do Torneio, sendo inclusive os responsáveis pelo desligamento de toda a iluminação.

7.5. Importante informar que referente ao **item 7** da PLANILHA DE INSUMOS GERAIS o Grupo Gerador de 100kVA especificado deverá estar presente em todos os Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo, sendo medidas e pagas as horas em que o mesmo estiver em funcionamento. O transporte, ligação com todos os cabos necessários, retirada, operação e combustível para o perfeito funcionamento do gerador sempre que for o caso é de inteira responsabilidade da contratada.

7.6. Caso seja necessária a elaboração de algum projeto o mesmo será elaborado pelo Departamento de Manutenção e Montagem da Prefeitura de Juiz de Fora.

7.7. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.7.1. Para garantia da execução do contrato, será exigido, 05 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, observadas as disposições do art. 56, da Lei nº 8.666/93.

7.7.2. Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

7.7.3. O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

7.7.4. Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

7.7.4.1. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

7.7.5. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída 30 (trinta) dias após o término do prazo contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma.

7.7.5.1. Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário: a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas. b) Utilizada pela contratante para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

7.7.6. A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

8. DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. As medições deverão ser realizadas mensalmente, acompanhadas ou aferidas por funcionário a ser indicado pela Prefeitura, sempre no último dia útil do mês e entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior. Feito o recebimento a Prefeitura terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a sua conferência e processamento, liberando e autorizando a emissão da respectiva Nota Fiscal pela contratada, que também terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para protocolar a mesma no setor competente.

8.1.1. A Prefeitura de Juiz de Fora, através do Órgão da Administração Municipal a ser indicado como gestor destes serviços terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura para se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal.

8.1.2. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo a Prefeitura do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

8.2. Somente será pago o material que for utilizado pela contratada na montagem dos eventos, sendo o quantitativo indicado na planilha do **Anexo II.1** um referencial do que é previsto gastar.

8.3. Após a finalização dos eventos e consequentemente do término do contrato todo o material que foi utilizado e pago pela Prefeitura deverá ser entregue à fiscalização no local indicado para tal, conferido e emitido o devido recibo de entrega do material.

8.4. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais.

8.5. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.6. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

8.7. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

8.7.1. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

8.8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.8.1. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento das obras/serviços são provenientes da CCSIP– Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública, tendo em vista que

os Torneios são gratuitos e o maior volume de serviços no escopo dos trabalhos é exatamente a iluminação pública a ser instalada no local dos eventos: 091100 - 06.452.0004.1224.0000 - 1.751.000000 - 4.4.90.51.

9 - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1.1. Fornecer mão de obra qualificada (credenciada pela CEMIG quando for o caso) e compatível com os serviços objeto da contratação. Todo pessoal deverá estar uniformizado, de acordo com as normas de Segurança no Trabalho. No uniforme deverá constar o nome da empresa e abaixo deste deverá ser possível ler: “A SERVIÇO DA PJF”. Todo pessoal deverá dispor de todo e qualquer ferramental necessário à perfeita execução de qualquer serviço, inclusive EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva).

9.1.2. Fornecer todo equipamento e material necessários para as intervenções a serem realizadas com qualidade, dentro da linha homologada pela CEMIG, salvo quando houver determinação explícita em contrário feita pela Prefeitura de Juiz de Fora, vez que a Iluminação Pública é responsabilidade do município.

9.1.3. Participar de reuniões programadas pela Prefeitura de Juiz de Fora e entregar à Prefeitura todo e qualquer material salvado, retirado ou substituído durante a execução de obras e serviços, no local indicado, independente da quantidade e estado de conservação do mesmo.

9.1.4. Respeitar as normas estabelecidas pela CEMIG e Órgãos Municipais.

9.1.5. Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à Prefeitura ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

9.1.6. Arcar com todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituem seu objeto que deverão ser pagos regularmente e exclusivamente pela contratada. Competirá, igualmente, a contratada, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada.

9.1.7. É obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente.

9.1.8. Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento que constar na Planilha de Materiais e Serviços com Quantitativos e Preços Unitários para a perfeita execução dos serviços.

9.1.9. A elaboração dos Projetos a serem executados para atender a cada Torneio Leiteiro, sempre que for o caso, será responsabilidade da Prefeitura, devendo a contratada seguir estritamente o indicado e qualquer alteração somente poderá ser feita mediante aprovação do fiscal a ser indicado para coordenação e acompanhamento das obras.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.1.10. Resguardar a Prefeitura de Juiz de Fora contra perdas e danos de qualquer natureza em função de obras e serviços executados por força de contrato.

9.1.11. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade das Obras e Serviços executados.

9.1.12. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com a Prefeitura, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor Elétrico da PJF.

9.1.13. Garantir o acesso de veículos às garagens e pedestres às residências quando da execução de obras que possam afetar tal deslocamento.

9.1.14. Garantir a posse de todos os veículos exigidos no Edital e sua condição de disponibilidade para atender ao Município de Juiz de Fora sempre que se fizer necessário.

9.1.15. Observar que todo o material a ser aplicado passará a incorporar o patrimônio da Prefeitura de Juiz de Fora para utilização em futuros Torneios Leiteiros em anos vindouros, então zelar pela conservação e utilização racional dos mesmos é obrigação da contratada.

9.1.16. Apresentação de ART de Execução subscrito por Engenheiro Responsável, o qual deverá estar, durante todo o período de vigência do contrato, com acessibilidade e disponibilidade para atendimento presencial a todas as demandas relacionadas à programação e execução dos serviços contratados, inclusive comparecimento em reuniões solicitadas pelo Município, acompanhamento regular de obras, intervenções emergenciais, participação em diálogos junto à CEMIG e à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA da PJF.

9.1.17. Cada evento (Torneio Leiteiro ou Festa do Cavalo) ensejará a elaboração de um Laudo Técnico constatando a boa qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, bem como a garantia de segurança das instalações, acompanhado da respectiva ART junto ao CREA/MG.

9.1.18. Atentar que todos os funcionários deverão estar registrados e regulares com a situação trabalhista e previdenciária além de possuírem os Certificados dos Cursos NR-10 e NR-35 e os demais exigidos pela concessionária de energia local, bem como os treinamentos inerentes.

9.1.19. Será condicionante para a assinatura do contrato, a comprovação da Empresa estar devidamente incluída no Cadastro de Fornecedores da Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG, na modalidade de mercadoria:

9.1.19.1. 0832 – DTB – OBRAS PART - REDES/LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO ATÉ 36,2 KV

9.1.20. As justificativas para a condicionante apresentada é que os trabalhos serão desenvolvidos numa cidade onde a concessionária de distribuição de energia elétrica é a CEMIG e a Média Tensão, ao contrário da esmagadora maioria das cidades no país, é feita em 22 kV e estaremos em constante contato com a rede elétrica da Companhia de forma que a empresa que venha a trabalhar para a Prefeitura de Juiz de Fora, precisa estar totalmente familiarizada com a modalidade exigida e com pleno conhecimento das normas e procedimentos CEMIG para os trabalhos indicados.



9.1.21. A comprovação de cadastramento na CEMIG na modalidade acima indicadas deverá ser feita mediante Certificado emitido pela Concessionária, e deverá ser apresentada na data marcada para assinatura, sendo que a falta de certificação acarretará a desclassificação da empresa e não assinatura do contrato.

9.1.22. A não apresentação do certificado na modalidade exigida, causando a não assinatura do contrato e consequente convocação da empresa classificada imediatamente após, trará acréscimo de prazo ao processo, podendo gerar sérios e graves prejuízos à Administração. Diante disso, fica a licitante desde já ciente de que poderá ser instada a indenizar o Município por perdas e danos.

9.1.23. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.2.1. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda de obras a serem executadas e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

9.2.2. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber as obras executadas.

9.2.3. Indicar funcionário da área técnica para fiscalizar a execução das obras com a liberação das respectivas medições mensais.

9.2.4. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e devolução de todo o material inservível ou não que venha a ser substituído.

9.2.5. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento de material nocivo ao meio ambiente Classe I e seu encaminhamento para descarte segundo as normas legais obrigatórias vigentes.

9.2.6. Apresentar projeto ou croquis para cada Torneio Leiteiro se comprometendo a não efetuar alterações que venham a alterar a carga instalada sob nenhuma hipótese.

10 – DAS PENALIDADES E RESCISÃO

10.1. Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

10.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-ítems acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.



10.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **10.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

10.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **10.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

10.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.5. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

10.6. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

10.7. O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

10.8. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

11- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao presente TOMADA DE PREÇOS.

11.2. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

11.3. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pela comissão licitante e representantes credenciados dos proponentes.

11.4. Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 10 (dez) minutos do horário previsto.

11.5. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a SSLICOM/STDA pelo telefone: (32) 3690-8187 ou através do link <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>.

11.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.7. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

11.8. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **SSLICOM/PJF** obedecida a legislação vigente.

11.9. Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Edital.

11.10. É vedada a participação:

- a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;
- c) de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos do Município de Juiz de Fora, do Estado de Minas Gerais, de suas sociedades para estatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 120 (cento e vinte) dias anteriores à data desta licitação.
- d) de sociedade empresária que tenha participado da elaboração dos projetos básicos objeto deste Edital, conforme estabelecido pelo art. 9º da Lei federal nº 8.666/93.
- e) que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978).

11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11.12. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Projeto Básico.

ANEXO II - Planilha de Insumos Gerais (preço de ref. do Município) (*em arquivo digital anexo*).

ANEXO II.1 – Modelo Planilha de Insumos Gerais (*em arquivo digital anexo*).

ANEXO III – Minuta de Contrato.

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Disponibilidade de aparelhamento, equipamentos e instalações

ANEXO V – Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

ANEXO VI - Modelo de Carta Credencial para sessão pública



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ANEXO VII – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

ANEXO VIII - Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento do Edital

ANEXO IX - Declaração de conhecimento do local dos serviços

ANEXO X - Declaração do Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

ANEXO XI - Declaração de Responsabilidade Técnica;

ANEXO XII- Carta de Apresentação da Proposta de Preços;

ANEXO XIII – Modelo Declaração de Prazo de Validade da Proposta.

ANEXO XIV - Declaração de procedência legal e origem de madeira fornecida.

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa brasileira de engenharia elétrica para execução de obras de montagem das instalações elétricas e de iluminação dos Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo em Juiz de Fora/MG, compreendendo todo o material necessário, inclusive Grupo Gerador para suprir possível ausência da rede CEMIG, exceto os postes de madeira que serão fornecidos pela prefeitura.

1.2. O período estimado de realização dos torneios está compreendido entre 01 de junho de 2023 e 20 de agosto de 2023.

1.3. Os serviços serão prestados nas seguintes localidades: Filgueiras, Humaitá, Pirapetinga, Penido, Pires, Rosário de Minas, Sarandira, Igrejinha, Torreões, Vila Almeida, Angolinha e Valadares.

2. DA JUSTIFICATIVA:

Faz-se mister tal contratação em função dos Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo, além de constituírem-se no único evento anual que possibilita uma alternativa de diversão e variedade de programa no dia a dia dos habitantes das localidades citadas, são também de extrema valia e importância para os produtores rurais lá radicados.

O objetivo dos eventos é celebrar e divulgar a produção agropecuária do município, estimular o comércio local de alimentos, bebidas e produtos agropecuários, além de proporcionar interação e diversão entre a população urbana e rural.

O tradicional evento é realizado há mais de 30 (trinta) anos em localidades diversas e bairros na área rural de Juiz de Fora e retornou ano passado (2022) após dois anos suspenso devido às restrições de aglomeração de pessoas em decorrência da pandemia COVID-19. Com a redução dos casos e as novas permissões, tornou-se possível a execução dos eventos que sempre se mostraram um período festivo importante para a zona rural e urbana da nossa cidade.

Os torneios contarão com diversas atrações gratuitas, entre elas shows, turismo rural, brincadeiras para as crianças, palestras voltadas para os produtores rurais, cultura e a tradicional competição da produção leiteira. As vacas são as grandes celebridades do festejo e as maiores produtoras são premiadas e a pecuária leiteira compreende a maior parte dentre as atividades pecuárias da área rural do município.

O Setor Elétrico e de Iluminação da Prefeitura de Juiz de Fora não dispõe de pessoal, material e veículos de porte (Caminhões equipados com Munck e Caminhões equipados com Cesto Aéreo) para a execução dos serviços, justificando aí a necessidade de contratação de uma empresa qualificada e com expertise nesta atividade porque o processo é ágil e contínuo pois, antes de se encerrar um Torneio já devemos iniciar a montagem do imediatamente posterior, caso contrário não conseguiremos findar em tempo hábil.



Ao Setor elétrico e de iluminação caberá indicar o Servidor que ficará como fiscal e coordenador das obras a serem executadas pela empresa a ser contratada, orientando sobre os pontos de fixação dos postes, posicionamento dos refletores, alimentação de barracas e palcos, com todos os serviços sendo desenvolvidos por pessoal da contratada.

Inclusive os plantões também serão atribuição de eletricitistas e ajudantes da empresa contratada, já que à Prefeitura não é permitido a aplicação do instituto de horas extras, estando aqui outra importante justificativa para a contratação, já que em nenhuma hipótese podemos deixar o local abandonado à própria sorte durante a realização dos eventos, com milhares de pessoas no local e dadas às precariedades das instalações que são seguras porém provisórias.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL:

O objeto que trata este Projeto Básico e seu prosseguimento tem amparo legal, segundo as Normas vigentes de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e seguintes.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento das obras/serviços são provenientes da CCSIP– Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública, tendo em vista que os Torneios são gratuitos e o maior volume de serviços no escopo dos trabalhos é exatamente a iluminação pública a ser instalada no local dos eventos.

091100 - 06.452.0004.1224.0000 - 1.751.000000 - 4.4.90.51.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

5.1. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial) válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

5.2. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento, veículos, equipamentos e pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação, conforme modelo do **Anexo IV**.

5.3. Demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir, na data prevista para entrega da proposta, Engenheiro(s) detentor (es) de certidões ou atestados de Responsabilidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada – que não o próprio licitante (CNPJ diferente), obras/serviços de características semelhantes às do objeto do Edital.

5.4. A comprovação de vínculo do profissional com a licitante poderá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:



5.4.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

5.4.2. Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio;

5.4.3. Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum;

5.4.4. Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de anuência do Profissional.

5.5. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

5.6. O(s) profissional(is) que apresentar(em) as ART's para comprovação de qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação.

5.6.1. A apresentação de outro engenheiro que não seja o que ofereceu seu nome para a documentação de qualificação técnica que for aprovada ensejará a imediata desclassificação da empresa ocasionando a não assinatura do contrato e encaminhamento à PGM – Procuradoria Geral do Município, para avaliação sobre possível ação judicial contra a empresa e o profissional em questão para ressarcimento de danos ao município.

5.7. Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, serviços de obras, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, relativos a serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação. Os Atestados a serem apresentados deverão conter, conforme súmula nº 263/2011 – TCU, conteúdo que comprovem a execução de obras/serviços similares a:

PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS EM REDES ELÉTRICAS DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO PARA ATENDIMENTO A CARGAS FINAIS

5.8. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 30 da Lei de Licitações.

5.9. Declaração de comprometimento, se for o caso, de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24 de setembro de 2008, conforme modelo **Anexo XIV**.

5.10. Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com a anuência do mesmo e compromisso de residir em Juiz de Fora durante todo o período dos Torneios (previstos para 01/junho/2023 até 31/agosto/2023), conforme modelo **Anexo XI**.

5.11. Declaração de Conhecimento do Local onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas nesta licitação, conforme modelo **Anexo IX**.



5.12. Caso haja alguma dúvida sobre o local dos eventos indicados no item 1 deste, o licitante interessado poderá agendar uma visita ao local com Servidor da Prefeitura de Juiz de Fora lotado no Setor Elétrico & Iluminação, sediado na Rua Osório de Almeida nº 950, Bairro Poço Rico, através dos telefones 3690 -7004 / 3215 – 6499.

6. DO VALOR ESTIMADO:

6.1. No **Anexo II** – apresentamos a Planilha de Insumos Gerais – Preços Prefeitura estimada pela EMPAV que atingiu o valor de **R\$ 458.226,59** (Quatrocentos e Cinquenta e Oito Mil, Duzentos e Vinte e Seis Reais e Vinte e Nove Centavos). Vale ressaltar que a empresa que cotar qualquer dos itens da planilha num valor maior do que o indicado, estará sumariamente desclassificada do certame.

6.2. O Valor Total Global dos serviços/obras será obtido através do preenchimento da Planilha do **Anexo II-1**, através do somatório de todos os insumos envolvidos.

6.3. O menor valor total global oferecido será o vencedor do certame e as medições serão mensais com base nos dias trabalhados que serão acompanhados e registrados pelo servidor público a ser indicado como fiscal do contrato.

6.4. Importante informar que referente ao **item 7** da PLANILHA DE INSUMOS GERAIS o Grupo Gerador de 100kVA especificado deverá estar presente em todos os Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo, sendo medidas e pagas as horas em que o mesmo estiver em funcionamento. O transporte, ligação com todos os cabos necessários, retirada, operação e combustível para o perfeito funcionamento do gerador sempre que for o caso é de inteira responsabilidade da contratada.

6.5. Caso seja necessária a elaboração de algum projeto o mesmo será elaborado pelo Departamento de Manutenção e Montagem da Prefeitura de Juiz de Fora.

7. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Os serviços serão executados dentro do Município de Juiz de Fora compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos, conforme relação apresentada no objeto deste Termo de Referência, a saber: Filgueiras, Humaitá, Pirapetinga, Penido, Pires, Rosário de Minas, Sarandira, Igrejinha, Torreões, Vila Almeida, Angolinha e Valadares.

7.2. Caso algum dos eventos previstos não sejam realizados não caberá nenhuma espécie de pagamento à contratada referente ao dito evento, já que não existirá hora trabalhada nem material empregado.

8. DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. O período para execução das obras de Extensão de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública para a montagem dos Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo e instalações elétricas para barracas e palcos estará compreendido entre 01/06/2023 e 31/08/2023, com a realização prevista de 01 (um) evento (Torneio Leiteiro ou Festa do Cavalo) por semana, sendo que tudo deverá estar pronto, testado e funcionando a contento até as 15 horas de cada quinta-feira, dia em que se iniciarão os eventos para funcionamento na própria quinta-feira, na sexta-feira, no sábado e no domingo.



8.2. Na segunda-feira posterior à realização do evento deverá ser providenciada a desmobilização e transporte de todo o material para o próximo Torneio e iniciada a montagem do mesmo.

8.3. Caso ocorra alguma alteração na ordem/local de realização dos eventos informada, a empresa a ser contratada será previamente informada e isto não ensejará nenhum tipo de questionamento ou aditivo contratual.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

9.1. A vigência do contrato será de 03 (três) meses, dentro do período já citado (01/06/2023 e 31/08/2023), podendo ser prorrogado caso intempéries impeçam o andamento normal da realização dos Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo e a administração opte por executá-los em época que extrapole o período previsto.

9.2. Durante os 03 (três) meses de vigência do Contrato a empresa contratada deverá ficar à disposição da Prefeitura para atender os eventos, mesmo que durante o período ocorra algum cancelamento.

10. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO e APRESENTAÇÃO DE PREÇOS:

10.1. O Regime de Contratação será de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

10.2. A Apresentação dos Preços será feita mediante preenchimento da PROPOSTA DE PREÇOS onde a licitante indicará seus preços unitários para cada item/insumo da planilha apresentada no Edital que multiplicado pela quantidade prevista para cada item indicará o preço total do item. O PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA será obtido pelo somatório dos totais de cada item.

10.3. Os valores unitários oferecidos pelos proponentes não poderão ser superiores aos valores unitários indicados pela Prefeitura de Juiz de Fora e apresentados na Planilha de Insumos Gerais – Preço Prefeitura, condicionando a não-obediência à sumária eliminação da licitante.

10.4. A licitante que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL será vencedora do certame licitatório.

10.5. No **Anexo II.1** – Planilha de Insumos Gerais - estão os itens para os quais deverão ser apresentados os preços unitários que multiplicados pelas quantidades previstas para cada item levará ao preço total do item. O somatório dos totais de cada item indicará o preço global da proposta.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1. Fornecer mão de obra qualificada (credenciada pela CEMIG quando for o caso) e compatível com os serviços objeto da contratação. Todo pessoal deverá estar uniformizado, de acordo com as normas de Segurança no Trabalho. No uniforme deverá constar o nome da empresa e abaixo deste deverá ser possível ler: “A SERVIÇO DA PJF”. Todo pessoal deverá dispor de todo e qualquer ferramental necessário à perfeita execução de qualquer serviço, inclusive EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva).

11.2. Fornecer todo equipamento e material necessários para as intervenções a serem realizadas com qualidade, dentro da linha homologada pela CEMIG, salvo quando houver determinação explícita em



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

contrário feita pela Prefeitura de Juiz de Fora, vez que a Iluminação Pública é responsabilidade do município.

11.3. Participar de reuniões programadas pela Prefeitura de Juiz de Fora e entregar à Prefeitura todo e qualquer material salvado, retirado ou substituído durante a execução de obras e serviços, no local indicado, independente da quantidade e estado de conservação do mesmo.

11.4. Respeitar as normas estabelecidas pela CEMIG e Órgãos Municipais.

11.5. Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à Prefeitura ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

11.6. Arcar com todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituem seu objeto que deverão ser pagos regularmente e exclusivamente pela contratada. Competirá, igualmente, a contratada, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada.

11.7. É obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente.

11.8. Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento que constar na Planilha de Materiais e Serviços com Quantitativos e Preços Unitários para a perfeita execução dos serviços.

11.9. A elaboração dos Projetos a serem executados para atender a cada Torneio Leiteiro, sempre que for o caso, será responsabilidade da Prefeitura, devendo a contratada seguir estritamente o indicado e qualquer alteração somente poderá ser feita mediante aprovação do fiscal a ser indicado para coordenação e acompanhamento das obras.

11.10. Resguardar a Prefeitura de Juiz de Fora contra perdas e danos de qualquer natureza em função de obras e serviços executados por força de contrato.

11.11. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade das Obras e Serviços executados.

11.12. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com a Prefeitura, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor Elétrico da PJF.

11.13. Garantir o acesso de veículos às garagens e pedestres às residências quando da execução de obras que possam afetar tal deslocamento.

11.14. Garantir a posse de todos os veículos exigidos no Edital e sua condição de disponibilidade para atender ao Município de Juiz de Fora sempre que se fizer necessário.



11.15. Observar que todo o material a ser aplicado passará a incorporar o patrimônio da Prefeitura de Juiz de Fora para utilização em futuros Torneios Leiteiros em anos vindouros, então zelar pela conservação e utilização racional dos mesmos é obrigação da contratada.

11.16. Apresentação de ART de Execução subscrito por Engenheiro Responsável, o qual deverá estar, durante todo o período de vigência do contrato, com acessibilidade e disponibilidade para atendimento presencial a todas as demandas relacionadas à programação e execução dos serviços contratados, inclusive comparecimento em reuniões solicitadas pelo Município, acompanhamento regular de obras, intervenções emergenciais, participação em diálogos junto à CEMIG e à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA da PJF.

11.17. Cada evento (Torneio Leiteiro ou Festa do Cavalo) ensejará a elaboração de um Laudo Técnico constatando a boa qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, bem como a garantia de segurança das instalações, acompanhado da respectiva ART junto ao CREA/MG.

11.18. Atentar que todos os funcionários deverão estar registrados e regulares com a situação trabalhista e previdenciária além de possuírem os Certificados dos Cursos NR-10 e NR-35 e os demais exigidos pela concessionária de energia local, bem como os treinamentos inerentes.

11.19. Será condicionante para a assinatura do contrato, a comprovação da Empresa estar devidamente incluída no Cadastro de Fornecedores da Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG, na modalidade de mercadoria:

11.19.1. 0832 – DTB – OBRAS PART - REDES/LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO ATÉ 36,2 KV

11.20. As justificativas para a condicionante apresentada é que os trabalhos serão desenvolvidos numa cidade onde a concessionária de distribuição de energia elétrica é a CEMIG e a Média Tensão, ao contrário da esmagadora maioria das cidades no país, é feita em 22 kV e estaremos em constante contato com a rede elétrica da Companhia de forma que a empresa que venha a trabalhar para a Prefeitura de Juiz de Fora, precisa estar totalmente familiarizada com a modalidade exigida e com pleno conhecimento das normas e procedimentos CEMIG para os trabalhos indicados.

11.21. A comprovação de cadastramento na CEMIG na modalidade acima indicadas deverá ser feita mediante Certificado emitido pela Concessionária, e deverá ser apresentada na data marcada para assinatura, sendo que a falta de certificação acarretará a desclassificação da empresa e não assinatura do contrato.

11.22. A não apresentação do certificado na modalidade exigida, causando a não assinatura do contrato e consequente convocação da empresa classificada imediatamente após, trará acréscimo de prazo ao processo, podendo gerar sérios e graves prejuízos à Administração. Diante disso, fica a licitante desde já ciente de que poderá ser instada a indenizar o Município por perdas e danos.

11.23. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda de obras a serem executadas e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.



12.2. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber as obras executadas.

12.3. Indicar funcionário da área técnica para fiscalizar a execução das obras com a liberação das respectivas medições mensais.

12.4. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e devolução de todo o material inservível ou não que venha a ser substituído.

12.5. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento de material nocivo ao meio ambiente Classe I e seu encaminhamento para descarte segundo as normas legais obrigatórias vigentes.

12.6. Apresentar projeto ou croquis para cada Torneio Leiteiro se comprometendo a não efetuar alterações que venham a alterar a carga instalada sob nenhuma hipótese.

13. DA GARANTIA DAS OBRAS E SERVIÇOS:

13.1. As montagens de cada Torneio deverão ser testadas antes do início dos mesmos a fim de verificar a tensão e corrente em cada ponto de carga, bem como o funcionamento do gerador e a contratada deverá deixar em cada dia e em cada Torneio Leiteiro uma equipe de plantão com no mínimo 01 Eletricista e 01 Ajudante que tenham conhecimento pleno dos serviços realizados, com todos os equipamentos e ferramental necessários para qualquer eventualidade.

13.2. Toda e qualquer alteração que venha a ser necessária em qualquer obra/serviço realizado seja por exigência da Concessionária ou por inadequação de métodos executivos ou materiais/peças/equipamentos utilizados/aplicados pela contratada, esta se compromete a reparar imediatamente, sem qualquer ônus ou despesa adicional para a Prefeitura de Juiz de Fora.

13.3. A Garantia de qualquer Obra executada pela Contratada obedecerá sempre à Legislação vigente e aos prazos constantes no respectivo diploma legal.

13.4. O pessoal da contratada que estiver de plantão no local, deverão ser os últimos a saírem do Torneio, sendo inclusive os responsáveis pelo desligamento de toda a iluminação.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

14.1. Para garantia da execução do contrato, será exigido, 05 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, observadas as disposições do art. 56, da Lei nº 8.666/93.

14.2. Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

14.3. O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.



14.4. Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

14.4.1. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

14.5. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída 30 (trinta) dias após o término do prazo contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma.

14.5.1. Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário: a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas. b) Utilizada pela contratante para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

14.6. A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

15. DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

15.1. As medições deverão ser realizadas mensalmente, acompanhadas ou aferidas por funcionário a ser indicado pela Prefeitura, sempre no último dia útil do mês e entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior. Feito o recebimento a Prefeitura terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a sua conferência e processamento, liberando e autorizando a emissão da respectiva Nota Fiscal pela contratada, que também terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para protocolar a mesma no setor competente.

15.1.1. A Prefeitura de Juiz de Fora, através do Órgão da Administração Municipal a ser indicado como gestor destes serviços terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura para se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal.

15.1.2. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo a Prefeitura do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

15.2. Somente será pago o material que for utilizado pela contratada na montagem dos eventos, sendo o quantitativo indicado na planilha do **Anexo II.1** um referencial do que é previsto gastar.

15.3. Após a finalização dos eventos e consequentemente do término do contrato todo o material que foi utilizado e pago pela Prefeitura deverá ser entregue à fiscalização no local indicado para tal, conferido e emitido o devido recibo de entrega do material.



16. DAS PENALIDADES:

16.1. Caso ocorra a interrupção ou não execução de algum evento (Torneio Leiteiro ou Festa do Cavalo) por comprovada responsabilidade da contratada esta responderá pelos possíveis danos causados aos promotores do evento.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO II - PLANILHA DE INSUMOS GERAIS (preço de ref. do Município)
(em arquivo digital anexo).

ANEXO II.1 – MODELO PLANILHA DE INSUMOS GERAIS
(em arquivo digital anexo).



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA E A

O (a), neste ato representado por seu(ua), Sr(a), brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado, com a interveniência da Secretaria de neste ato representada por seu(ua) Secretário(a) Sr(a)., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nºe Secretaria, neste ato representada por seu Secretário Sr., brasileiro, inscrito no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária estabelecida à rua nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023**, conforme consta do processo administrativo próprio nº **3.972/2023**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a contratação de empresa brasileira de engenharia elétrica para execução de obras de montagem das instalações elétricas e de iluminação dos Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo em Juiz de Fora/MG, compreendendo todo o material necessário, inclusive Grupo Gerador para suprir possível ausência da rede CEMIG, exceto os postes de madeira que serão fornecidos pela prefeitura, conforme especificações constantes dos Anexos do edital da **TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023**, o qual integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. O período estimado de realização dos torneios está compreendido entre 01 de junho de 2023 e 20 de agosto de 2023.

1.3. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.3.1. Os serviços serão executados dentro do Município de Juiz de Fora compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos, conforme relação apresentada no objeto deste Termo de Referência, a saber: Filgueiras, Humaitá, Pirapetinga, Penido, Pires, Rosário de Minas, Sarandira, Igrejinha, Torreões, Vila Almeida, Angolinha e Valadares.

1.3.2. Caso algum dos eventos previstos não sejam realizados não caberá nenhuma espécie de pagamento à contratada referente ao dito evento, já que não existirá hora trabalhada nem material empregado.

1.4. DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:



1.4.1. O período para execução das obras de Extensão de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública para a montagem dos Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo e instalações elétricas para barracas e palcos estará compreendido entre 01/06/2023 e 31/08/2023, com a realização prevista de 01 (um) evento (Torneio Leiteiro ou Festa do Cavalo) por semana, sendo que tudo deverá estar pronto, testado e funcionando a contento até as 15 horas de cada quinta-feira, dia em que se iniciarão os eventos para funcionamento na própria quinta-feira, na sexta-feira, no sábado e no domingo.

1.4.2. Na segunda-feira posterior à realização do evento deverá ser providenciada a desmobilização e transporte de todo o material para o próximo Torneio e iniciada a montagem do mesmo.

1.4.3. Caso ocorra alguma alteração na ordem/local de realização dos eventos informada, a empresa a ser contratada será previamente informada e isto não ensejará nenhum tipo de questionamento ou aditivo contratual.

1.5. Integram ainda este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, o Projeto Básico e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo Licitatório nº 3.972/2023 – Tomada de Preços nº 008/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO

2.1. O presente contrato tem o valor global de R\$ (.....), conforme proposta apresentada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

2.2. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento das obras/serviços são provenientes da CCSIP– Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública, tendo em vista que os Torneios são gratuitos e o maior volume de serviços no escopo dos trabalhos é exatamente a iluminação pública a ser instalada no local dos eventos.

091100 - 06.452.0004.1224.0000 - 1.751.000000 - 4.4.90.51.

CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E DO PRAZO

3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. A vigência do contrato será de 03 (três) meses, dentro do período já citado (01/06/2023 e 31/08/2023), podendo ser prorrogado caso intempéries impeçam o andamento normal da realização dos Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo e a administração opte por executá-los em época que extrapole o período previsto.



3.5. Durante os 03 (três) meses de vigência do Contrato a empresa contratada deverá ficar à disposição da Prefeitura para atender os eventos, mesmo que durante o período ocorra algum cancelamento.

3.6. A contratação dos serviços, objeto desta licitação será pelo regime de empreitada por preço global.

3.7. Caso ocorra a interrupção ou não execução de algum evento (Torneio Leiteiro ou Festa do Cavalo) por comprovada responsabilidade da contratada esta responderá pelos possíveis danos causados aos promotores do evento.

3.8. DA GARANTIA DAS OBRAS E SERVIÇOS:

3.8.1. As montagens de cada Torneio deverão ser testadas antes do início dos mesmos a fim de verificar a tensão e corrente em cada ponto de carga, bem como o funcionamento do gerador e a contratada deverá deixar em cada dia e em cada Torneio Leiteiro uma equipe de plantão com no mínimo 01 Eletricista e 01 Ajudante que tenham conhecimento pleno dos serviços realizados, com todos os equipamentos e ferramental necessários para qualquer eventualidade.

3.8.2. Toda e qualquer alteração que venha a ser necessária em qualquer obra/serviço realizado seja por exigência da Concessionária ou por inadequação de métodos executivos ou materiais/peças/equipamentos utilizados/aplicados pela contratada, esta se compromete a reparar imediatamente, sem qualquer ônus ou despesa adicional para a Prefeitura de Juiz de Fora.

3.8.3. A Garantia de qualquer Obra executada pela Contratada obedecerá sempre à Legislação vigente e aos prazos constantes no respectivo diploma legal.

3.8.4. O pessoal da contratada que estiver de plantão no local, deverão ser os últimos a saírem do Torneio, sendo inclusive os responsáveis pelo desligamento de toda a iluminação.

3.8.5. Importante informar que referente ao **item 7** da PLANILHA DE INSUMOS GERAIS o Grupo Gerador de 100kVA especificado deverá estar presente em todos os Torneios Leiteiros e Festa do Cavalo, sendo medidas e pagas as horas em que o mesmo estiver em funcionamento. O transporte, ligação com todos os cabos necessários, retirada, operação e combustível para o perfeito funcionamento do gerador sempre que for o caso é de inteira responsabilidade da contratada.

3.8.6. Caso seja necessária a elaboração de algum projeto o mesmo será elaborado pelo Departamento de Manutenção e Montagem da Prefeitura de Juiz de Fora.

CLÁUSULA QUARTA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. Para garantia da execução do contrato, será exigido, 05 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, observadas as disposições do art. 56, da Lei nº 8.666/93.

4.2. Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.



4.3. O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

4.4. Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

4.4.1. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

4.5. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída 30 (trinta) dias após o término do prazo contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma.

4.5.1. Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário: a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas. b) Utilizada pela contratante para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

4.6. A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

5.1. As medições deverão ser realizadas mensalmente, acompanhadas ou aferidas por funcionário a ser indicado pela Prefeitura, sempre no último dia útil do mês e entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior. Feito o recebimento a Prefeitura terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a sua conferência e processamento, liberando e autorizando a emissão da respectiva Nota Fiscal pela contratada, que também terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para protocolar a mesma no setor competente.

5.1.1. A Prefeitura de Juiz de Fora, através do Órgão da Administração Municipal a ser indicado como gestor destes serviços terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura para se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal.

5.1.2. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo a Prefeitura do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

5.2. Somente será pago o material que for utilizado pela contratada na montagem dos eventos, sendo o quantitativo indicado na planilha do **Anexo II.1** um referencial do que é previsto gastar.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.3. Após a finalização dos eventos e consequentemente do término do contrato todo o material que foi utilizado e pago pela Prefeitura deverá ser entregue à fiscalização no local indicado para tal, conferido e emitido o devido recibo de entrega do material.

5.4. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais.

5.5. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

5.6. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

5.7. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

5.7.1. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Fornecer mão de obra qualificada (credenciada pela CEMIG quando for o caso) e compatível com os serviços objeto da contratação. Todo pessoal deverá estar uniformizado, de acordo com as normas de Segurança no Trabalho. No uniforme deverá constar o nome da empresa e abaixo deste deverá ser possível ler: “A SERVIÇO DA PJF”. Todo pessoal deverá dispor de todo e qualquer ferramental necessário à perfeita execução de qualquer serviço, inclusive EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva).

6.2. Fornecer todo equipamento e material necessários para as intervenções a serem realizadas com qualidade, dentro da linha homologada pela CEMIG, salvo quando houver determinação explícita em contrário feita pela Prefeitura de Juiz de Fora, vez que a Iluminação Pública é responsabilidade do município.

6.3. Participar de reuniões programadas pela Prefeitura de Juiz de Fora e entregar à Prefeitura todo e qualquer material salvado, retirado ou substituído durante a execução de obras e serviços, no local indicado, independente da quantidade e estado de conservação do mesmo.

6.4. Respeitar as normas estabelecidas pela CEMIG e Órgãos Municipais.

6.5. Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à Prefeitura ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.



- 6.6.** Arcar com todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituem seu objeto que deverão ser pagos regularmente e exclusivamente pela contratada. Competirá, igualmente, a contratada, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada.
- 6.7.** É obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente.
- 6.8.** Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento que constar na Planilha de Materiais e Serviços com Quantitativos e Preços Unitários para a perfeita execução dos serviços.
- 6.9.** A elaboração dos Projetos a serem executados para atender a cada Torneio Leiteiro, sempre que for o caso, será responsabilidade da Prefeitura, devendo a contratada seguir estritamente o indicado e qualquer alteração somente poderá ser feita mediante aprovação do fiscal a ser indicado para coordenação e acompanhamento das obras.
- 6.10.** Resguardar a Prefeitura de Juiz de Fora contra perdas e danos de qualquer natureza em função de obras e serviços executados por força de contrato.
- 6.11.** Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade das Obras e Serviços executados.
- 6.12.** Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com a Prefeitura, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor Elétrico da PJF.
- 6.13.** Garantir o acesso de veículos às garagens e pedestres às residências quando da execução de obras que possam afetar tal deslocamento.
- 6.14.** Garantir a posse de todos os veículos exigidos no Edital e sua condição de disponibilidade para atender ao Município de Juiz de Fora sempre que se fizer necessário.
- 6.15.** Observar que todo o material a ser aplicado passará a incorporar o patrimônio da Prefeitura de Juiz de Fora para utilização em futuros Torneios Leiteiros em anos vindouros, então zelar pela conservação e utilização racional dos mesmos é obrigação da contratada.
- 6.16.** Apresentação de ART de Execução subscrito por Engenheiro Responsável, o qual deverá estar, durante todo o período de vigência do contrato, com acessibilidade e disponibilidade para atendimento presencial a todas as demandas relacionadas à programação e execução dos serviços contratados, inclusive comparecimento em reuniões solicitadas pelo Município, acompanhamento regular de obras, intervenções emergenciais, participação em diálogos junto à CEMIG e à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA da PJF.
- 6.17.** Cada evento (Torneio Leiteiro ou Festa do Cavalo) ensejará a elaboração de um Laudo Técnico constatando a boa qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, bem como a garantia de segurança das instalações, acompanhado da respectiva ART junto ao CREA/MG.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.18. Atentar que todos os funcionários deverão estar registrados e regulares com a situação trabalhista e previdenciária além de possuírem os Certificados dos Cursos NR-10 e NR-35 e os demais exigidos pela concessionária de energia local, bem como os treinamentos inerentes.

6.19. Será condicionante para a assinatura do contrato, a comprovação da Empresa estar devidamente incluída no Cadastro de Fornecedores da Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG, na modalidade de mercadoria:

6.19.1. 0832 – DTB – OBRAS PART - REDES/LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO ATÉ 36,2 KV

6.20. As justificativas para a condicionante apresentada é que os trabalhos serão desenvolvidos numa cidade onde a concessionária de distribuição de energia elétrica é a CEMIG e a Média Tensão, ao contrário da esmagadora maioria das cidades no país, é feita em 22 kV e estaremos em constante contato com a rede elétrica da Companhia de forma que a empresa que venha a trabalhar para a Prefeitura de Juiz de Fora, precisa estar totalmente familiarizada com a modalidade exigida e com pleno conhecimento das normas e procedimentos CEMIG para os trabalhos indicados.

6.21. A comprovação de cadastramento na CEMIG na modalidade acima indicadas deverá ser feita mediante Certificado emitido pela Concessionária, e deverá ser apresentada na data marcada para assinatura, sendo que a falta de certificação acarretará a desclassificação da empresa e não assinatura do contrato.

6.22. A não apresentação do certificado na modalidade exigida, causando a não assinatura do contrato e consequente convocação da empresa classificada imediatamente após, trará acréscimo de prazo ao processo, podendo gerar sérios e graves prejuízos à Administração. Diante disso, fica a licitante desde já ciente de que poderá ser instada a indenizar o Município por perdas e danos.

6.23. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE REQUISITANTE**

7.1. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda de obras a serem executadas e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

7.2. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber as obras executadas.

7.3. Indicar funcionário da área técnica para fiscalizar a execução das obras com a liberação das respectivas medições mensais.

7.4. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e devolução de todo o material inservível ou não que venha a ser substituído.

7.5. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento de material nocivo ao meio ambiente Classe I e seu encaminhamento para descarte segundo as normas legais obrigatórias vigentes.

7.6. Apresentar projeto ou croquis para cada Torneio Leiteiro se comprometendo a não efetuar alterações que venham a alterar a carga instalada sob nenhuma hipótese.



CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **8.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

8.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **8.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

8.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

8.6. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

8.7. O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

8.8. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CLÁUSULA NONA DA CESSÃO DO CONTRATO E DAS COMUNICAÇÕES

9.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.

9.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

9.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

9.3. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Juiz de Fora, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 20.....

**PREFEITO(A)
GESTOR(ES) DA(S) UG(S)
EMPRESA**
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE APARELHAMENTO,
EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES**

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a ter disponibilidade de instalações, aparelhamento, veículos, equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da licitação **Tomada de Preços nº 008/2023 - SO**.

.....

(local e data)

Identificação da Sociedade Empresária

Assinatura

Nome do responsável (por extenso e legível)

CPF nº

RG nº

Cargo e/ou função

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO VI - MODELO DE CARTA-CREDENCIAL PARA SESSÃO PÚBLICA

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo (a) Sr(a), portador da cédula de identidade RG,
residente e domiciliado na, inscrito no CPF sob o nº,
detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios,
confere-os à, portador da cédula de identidade RG, e
inscrito no CPF sob o nº, com o fim específico de representar a outorgante perante
Prefeitura de Juiz de Fora, na **Tomada de Preços nº 008/2023**, podendo assim retirar editais, propor seu
credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de
fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se
fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....
(local e data)

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO
CONHECIMENTO DO EDITAL

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital da **Tomada de Preços nº 008/2023**, assim como tem pleno conhecimento
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, por intermédio da
pessoa legalmente credenciada Sr(a), CPF nº....., declara, sob as penas da Lei,
que tem pleno conhecimento do Local onde serão executadas as obras e serviços de engenharia objeto deste
Edital.

Juiz de Fora, de de 20.....

.....
Identificação da Sociedade Empresária

Assinatura

Nome do responsável (por extenso e legível)

CPF nº

RG nº

Cargo e/ou função



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO X - DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART.
7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o Sr(a).
....., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido
pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Em atendimento ao Edital da **Tomada de Preços nº 008/2023**, declaramos que o profissional detentor do(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, Sr. (CREA nº ..), será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso esta sociedade empresária proponente seja a vencedora e comprovará seu vínculo empregatício mediante a apresentação de cópia(s) do(s) contrato(s) de trabalho do profissional, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade, ou, ainda, por meio do(s) contrato(s) de prestação de serviços regido(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s).

_____, _____ de _____ de 20....

NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Autorizo a inclusão do meu nome como Responsável Técnico pela execução das obras e serviços objeto do, caso a sociedade empresária seja contratada pela Prefeitura de Juiz de Fora.

_____, _____ de _____ de 20.....

NOME / CREA / ASSINATURA DO R.T

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO XII - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A sociedade (s) empresária (s),, com sede na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, abaixo assinada por seu representante legal, apresenta e submete à apreciação da comissão licitante, nossa proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na sua preparação.

O nosso preço global constante do orçamento da presente **TOMADA DE PREÇOS** é de R\$-.....
(.....).

Acompanha a nossa proposta de preços a **Planilha de insumos gerais** bem como todos os elementos julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

Declaramos, igualmente, que em nosso preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do **Edital**, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme **Projeto Básico** constante da **Tomada de Preços**, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICÍPIO.

Declaramos ainda, que:

1. Temos pleno conhecimento dos serviços a serem executados.
2. Recebemos do Município todas as informações necessárias à elaboração da nossa proposta.
3. Estamos cientes dos critérios de medição e pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente.
4. Obrigamos-nos a aceitar o direito do Município de escolher a proposta que lhe for mais vantajosa, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, podendo ela desistir ou anular esta licitação sem que nos caiba o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação pela exclusão ou rejeição de nossa proposta, no todo ou em parte.
5. Obrigamos-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, a contar da data de notificação do Município, bem como atender a todas as condições prévias à sua assinatura.

Reconhecemos o direito do Município de paralisar ou suspender a qualquer tempo, a prestação dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados e a aquisição, pelo preço de custo comprovado, dos materiais por nós adquiridos, existentes no local dos serviços e a eles destinados.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Utilizaremos a equipe técnica e administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade do pessoal, desde que assim o exija a fiscalização do MUNICÍPIO.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO XIII - MODELO DECLARAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a manter a nossa proposta comercial relativa à **Tomada de Preços nº 008/2023**, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de abertura da mesma, para fins de julgamento e de contratação.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023 – SO
Processo Eletrônico nº 3.972/2023

ANEXO XIV

Declaração de procedência legal e origem de madeira fornecida,
conforme Decreto Estadual nº 44.903/2008

Em conformidade com o disposto no artigo 4º, do Decreto nº 44.903, de 24/9/2008, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de Minas Gerais, eu, R.G., legalmente nomeado representante da Empresa, CNPJ, para o fins de habilitação no procedimento licitatório da **Tomada de Preços nº 008/2023**, declaro sob as penas da lei, que para a execução da referida Licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de procedência legal, decorrentes de exploração autorizada, certificada ou de manejo florestal aprovado por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e no art. 72, § 8º, inciso V da Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Atenciosamente

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.